



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3081 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
AGOSTO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Júlio Pomar

A conversa inédita de André Alves com o pintor falecido em 2018 é publicada nas páginas deste jornal. Responsável por uma obra que atravessa o século XX português, destacou-se na luta contra o fascismo e pela liberdade. Uma entrevista para recordar uma das grandes figuras do neorealismo. **págs. 8 e 9**



ECONOMIA

Viver com a corda na garganta

Restaurantes, cabeleireiros, feirantes, farmácias, taxistas, mercearias e oficinas de automóveis são alguns exemplos de micro, pequenas e médias empresas. Num país em que compõem cerca de 90% do tecido

económico no país, enfrentam uma pandemia sanitária que ameaça transformar-se numa epidemia de insolvências e despedimentos se nada for feito. É uma luta pela sobrevivência. **págs. 6 e 7**



Escândalo no Novo Banco

A gestão do “banco bom” que saiu do antigo BES continua a dar que falar depois de ter vendido 13 mil imóveis a um fundo anónimo, tendo dado crédito e recebido compensação estatal pelas perdas. Terá sido o próprio banco a emprestar dinheiro para a realização da operação e o fundo de resolução a cobrir o prejuízo, o que pode configurar um crime contra o Estado português. **pág. 13**



Utentes contestam fim de limites

Várias empresas de transportes mantêm-se em lay-off em plena pandemia e os movimentos de utentes exigem o reforço da oferta para fazer face ao aumento do número de passageiros. O Movimento de Utentes (MUSP) lamentou as declarações do ministro da tutela sobre a possibilidade de acabar com as limitações à lotação dos transportes públicos de passageiros. **pág. 10**



A VOZ DO OPERÁRIO Solidariedade é resistência

Nos tempos difíceis em que vivemos, crescem os apoios à Voz do Operário, uma forma de dar oxigénio ao associativismo e de reconhecimento do trabalho desta instituição. **pág. 5**



Cresce ameaça da extrema-direita

Se as organizações jihadistas eram vistas até agora nos Estados Unidos e na Europa como a grande ameaça, o Centro norte-americano de Estudos Estratégicos e Internacionais aponta a extrema-direita como o grande perigo da atualidade. Desde 2001, morreram mais norte-americanos por adeptos de alguma forma de extremismo de direita do que de qualquer outra ideologia. **pág. 14**

Férias num tempo diferente

Manuel Figueiredo,
 Presidente da Direção

Estamos no período de férias, desta vez um tanto diferente e estranho, sendo que mesmo assim a nossa atividade prossegue. Apesar de vivermos um tempo algo conturbado, com muitas incertezas, não é demais enaltecer a capacidade demonstrada pela Voz do Operário, pelos seus trabalhadores, para que tenhamos dado e continuemos a dar a melhor resposta, dentro dos naturais condicionalismos.

Importa fazer um pequeno balanço do trabalho até aqui desenvolvido, bem como do que se projeta para os próximos meses, incluindo o novo ano letivo.

Até meados de março, a nossa atividade decorreu com toda a normalidade, num rumo de crescimento face ao ano anterior, de acordo com o previsto no plano de atividades e orçamento que havia sido aprovado pelos sócios na assembleia geral de novembro.

Demos grande relevância à comemoração do 137º aniversário da Instituição, bem como ao encerramento das comemorações do 140º aniversário do Jornal, que incluiu a inauguração de um painel alusivo à efeméride no exterior do edifício sede.

Depois fomos todos surpreendidos pela pandemia, que nos forçou a algo de novo, em que com uma grande capacidade de adaptação, fomos capazes de dar a melhor resposta naquelas condições adversas.

Mesmo com os equipamentos educativos encerrados, procurámos garantir que as nossas crianças, nos vários níveis de ensino, não ficassem desacompanhadas, tendo sido implementadas estratégias de envolvimento à distância, procurando reproduzir tanto quanto possível as dinâmicas de sala.

O apoio domiciliário e o refeitório social mantiveram a sua atividade normal, tendo sido facultada refeição nas suas residências aos utentes do Centro de Convívio.

As valências de creche e pré-escolar foram aos poucos retomando a sua atividade presencial, tendo naturalmente sido tomadas as necessárias medidas com vista ao desenvolvimento de condições de segurança sanitária, tanto para as crianças, como para os trabalhadores.

Os 1º e 2º ciclos, terminaram o ano letivo com ensino acompanhado à distância, esperando-se que o novo ano letivo se possa iniciar já com a presença dos alunos nos respetivos equipamentos educativos.

As atividades associativas foram igualmente surpreendidas pelo confinamento, quando já se tinham iniciado os trabalhos de preparação da participação nas festas populares de Lisboa. Mesmo assim ainda houve alguns apontamentos de evocação da nossa Marcha Infantil e noutra âmbito, organizamos algumas “petiscadas populares”, naturalmente cumprindo todos os condicionalismos legais e sanitários.

A fase de desconfinamento vem decorrendo sem grandes sobressaltos e aos poucos a vida na Instituição vai retomando a sua normalidade.

Neste período de férias, e apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia, prosseguiram as nossas atividades, designadamente a ida organizada de crianças e jovens à praia e os serviços de alimentação e apoio prestados a Juntas de Freguesia de Lisboa.

Celebramos um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, a vigorar até dezembro, para o fornecimento de 300 refeições diárias no âmbito da resposta social alimentar.

Proseguiu a preparação do novo ano letivo, tendo as inscrições para todos os níveis: creche, pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo, registado apesar de tudo um grande volume, havendo várias valências esgotadas e com lista de espera.

Mesmo assim ainda restam umas tantas vagas, pelo que todos os sócios e amigos que tenham crianças em condições de frequentar os nossos equipamentos devem contactar os serviços para averiguar da possibilidade da sua matrícula na Voz do Operário.

Em setembro iremos ter nos diferentes equipamentos educativos, iniciativas de abertura do novo ano letivo.

De dentre as ações previstas, destacamos ao nível cultural a realização a 8 de novembro da 4ª Gala de Fado da Voz do Operário, mais uma vez com um elenco de grandes fadistas, dando assim continuidade ao elevado êxito e prestígio alcançado com a realização das anteriores Galas.

Está igualmente prevista a realização de outros grandes eventos culturais, designadamente os festivais de tango e flamenco, um encontro de jazz e a comemoração dos 250 de Beethoven.

Após mais um ano de muito trabalho, parte dele em moldes bem diferentes e de acrescida exigência, cá estão de novo as férias, bem merecidas por todos e que façam votos sejam muito boas para além de suficientemente retemperadoras.

EDITORIAL

Resistir à pandemia económica

Com os números da pandemia a aliviarem em Portugal, são os dados económicos que assustam. As medidas insuficientes do governo não conseguem sustentar a quebra na maioria dos setores e o aumento do desemprego. No nosso país, a maioria do tecido empresarial corresponde a pequenas e médias empresas e, ainda assim, os sucessivos executivos parecem estar destinados a socorrer prontamente os grandes grupos económicos e financeiros deixando de lado quem menos estava preparado para o embate da crise sanitária. Disso é exemplo a ruíosa gestão do Novo Banco que continuamos a pagar ou os apoios do Estado a empresas como a TVI que se dão ao luxo de fazer contratações milionárias.

O facto é que diferentes camadas da população se encontram ao abandono numa pandemia que ameaça ser pior que qualquer uma das crises que tenhamos experimentado. É cada vez mais certo a frase de que estamos todos no mesmo mar agitado mas não estamos todos no mesmo barco. Eles navegam nas suas robustas embarcações de luxo enquanto nós não temos mais do que jangadas de madeira. Se agora nos parece mais seguro ir à praia, beber um café na esplanada ou ver um concerto, também é útil que olhemos para trás e entendamos o acertado que foi a celebração do 1.º de Maio em luta, cumprindo todas as regras de distanciamento, em várias cidades do país.

É importante que sigamos as regras sanitárias mas que nos lembremos de que há cada vez mais verdadeiras situações de desespero e que o protesto pode e deve ser o caminho para expressar o descontentamento e a exigência de mais justiça social. O verão pode mascarar muitas realidades mas não deixemos que o outono se transforme num cinzento destino para todos nós. Sob o individualismo, a apatia e o conformismo, jaz as nossas esperanças roubadas de um futuro melhor. Saibamos recuperar a solidariedade e a consciência social porque a resistência é o caminho.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Bruno Amaral de Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
 Associação da
 Imprensa
 Não-Diária

Associação
 Portuguesa
 da Imprensa
 Regional





Ilustração alusiva ao confinamento
SUSANA MATOS 2020

VOZ DO OPERÁRIO

Uma obra de Lênine em Portugal, em 1912



José Fernandes Alves, *d'A Voz do Operário*, Lisboa; Manuel Luís de Figueiredo, *d'O Trabalho*, Setúbal; Manuel José da Silva, *d'A Voz do Povo*, Porto; e Inácio de Sousa, *d'A Voz do Proletário*, Porto.

Luís Carvalho, investigador

Em Janeiro de 1912, *A Voz do Operário* foi pioneira na divulgação de uma obra de Lênine em Portugal, numa iniciativa seguida por outros três jornais operários de Setúbal e do Porto.

Trata-se de um relatório à Internacional Socialista (a “2ª Internacional”), elaborado em Novembro de 1911, em representação do Partido Operário Social-Democrata da Rússia. Recordava os seus deputados que tinham sido presos, poucos meses depois de serem eleitos, em 1907. Dois deles tinham morrido na prisão.

Na Rússia dos czares

A Rússia vivia ainda sob a monarquia czarista, regime particularmente retrógrado e opressivo no contexto da época. Uma derrota militar frente ao Japão detonou uma profunda onda de contestação social, operária e camponesa - a Revolução de 1905 -, que foi brutalmente reprimida. Mas o regime ficou enfraquecido e viu-se forçado a encenar algumas reformas. Em 1906, permitiu a eleição de uma espécie de parlamento, embora sem poder efetivo e que acabou por dissolver em menos de três meses.

As forças mais à esquerda tinham boicotado essas primeiras eleições. Mas decidiram participar, quando o regime czarista convocou novo sufrágio, em 1907.

Apesar de todas as restrições do processo eleitoral, o Partido Operário Social-Democrata, numa fase de unidade entre as suas correntes menchevique e bolchevique, conseguiu eleger mais de 50 deputados e terá sido mesmo a força mais votada na Geórgia, então província do “Império do Czar”.

Mais tarde, em 1912, é que os bolcheviques se organizaram como partido independente, com o nome de “Partido Operário Social-Democrata da Rússia (Bolchevique)”, o qual, em 1918, se passou a chamar “Partido Comunista (Bolchevique) da Rússia”.

Deputados revolucionários

Voltando a 1907, a bancada “social-democrata era não só numerosa mas também uma das mais brilhantes”, dizia Lênine: “filha da revolução, vinha cheia de entusiasmo [...] ainda toda vibrante da grande luta que vinha de atravessar o país”. E “era a mais revolucionária, a mais consequente e a mais consciente das frações da esquerda”, as quais arrastava na sua órbita. Tornou-se assim um “derradeiro foco da revolução, o seu último símbolo, uma prova viva da grande influência da social democracia sobre as massas proletárias”.

Dessa vez, o parlamento não chegou a durar 4 meses até ser dissolvido. Os deputados social-democratas foram o principal alvo a abater. A polícia secreta fabricou uma acusação falsa, para os implicar numa suposta conspiração militar contra o Czar. O caso foi abafado com um julgamento à porta fechada. E a lei eleitoral foi alterada para cortar ainda mais o direito de voto a operários e camponeses.

Divulgação em Portugal

Além de Lisboa, n’*A Voz do Operário*, este relatório de Lênine foi, na altura, publicado em Setúbal, no jornal *O Trabalho*, e no Porto, em *A Voz do Povo* e *A Voz do Proletário*.

Os responsáveis por estes quatro jornais eram todos destacados militantes do antigo Partido Socialista Português, de cariz operário e marxista. E, com exceção de Inácio de Sousa, que faleceu antes, todos participaram, em 1914, na fundação da central sindical União Operária Nacional - primitivo nome da CGT (Confederação Geral do Trabalho).

José Fernandes Alves (1866-1931)

O redator de *A Voz do Operário* era José Fernandes Alves. Foi um dos principais dirigentes de uma importante luta

de operários gráficos em Lisboa, em 1904, o que lhe valeu na altura ser despedido e ameaçado de deportação. Entusiasta do associativismo popular, chegou a ser um autarca de Lisboa, como secretário da Junta de Freguesia de Santa Engrácia.

Manuel Luis Figueiredo (1861-1927)

O fundador e diretor efetivo do jornal *O Trabalho*, de Setúbal, era outro antigo operário gráfico, Manuel Luís Figueiredo. Ainda foi dirigente da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, um protótipo de central sindical fundado em 1873. Participou num dos dois congressos socialistas internacionais realizados em Paris, em 1889, que impulsionaram o 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador.

Manuel José da Silva (1858-1932)

O jornal *A Voz do Povo*, fundado em 1907, era o órgão do Partido Socialista Português no norte. O seu diretor era Manuel José da Silva, empregado de escritório e antigo operário têxtil. Em 1911 tinha sido eleito como deputado à Assembleia Constituinte da República e como presidente do sindicato União dos Empregados no Comércio do Porto. Foi um dos principais fundadores da Cooperativa do Povo Portuense e da Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto.

Inácio de Sousa (1871-1914)

Fundado em 1897, *A Voz do Proletário* era o jornal dos operários tabaqueiros do Porto. O seu diretor, até 1914, foi um dos mais destacados sindicalistas deste sector: Inácio de Sousa. Preso político muito jovem, durante uma greve, em 1887, ainda no reinado de D. Luis. Foi presidente da Cooperativa do Povo Portuense. Era irmão do operário sapateiro e anarquista Manuel Joaquim de Sousa (1883-1944), que veio a ser secretário-geral da CGT e diretor do diário *A Batalha*.

SOLIDARIEDADE

China apoia A Voz do Operário com máscaras



Comerciantes chineses recebidos n'A Voz do Operário.

A Associação de Comerciantes Chineses em Portugal entregou no último dia de julho 10 mil máscaras na sede da instituição, na Graça, em Lisboa.

Desde março que A Voz do Operário se juntou ao combate à pandemia através da sua atividade junto da população mais carenciada e idosa e voltou a reabrir as creches e o ensino pré-escolar. Nos diferentes espaços da instituição espalhados pelos concelhos de Lisboa, Almada, Barreiro e Moita, mulheres e homens tratam de chegar a quem vive isolado que, seja pela crise sanitária, seja pela idade, não consegue aceder à Voz do Operário para receber o apoio que nunca deixou de existir.

Para receber e chegar a tanta gente, perante as contingências sanitárias, a instituição viu-se obrigada a conseguir material de proteção individual. No fim de julho, o gesto de solidariedade da Associação de Comerciantes Chineses em Portugal, para além do reconhecimento do papel d'A Voz do Operário na comunidade, representou um importante reforço do número de equipamentos de proteção individual.

A Associação de Comerciantes Chineses em Portugal procurava uma instituição a quem doar material sanitário e a candidatura d'A Voz do Operário recebeu luz verde depois de apresentar o trabalho que desenvolve em diferentes áreas.

Contribuir é um ato de solidariedade

São muitos os amigos, sócios e empresas que apoiam A Voz do Operário com ajuda material e financeira.

O apoio material e financeiro à instituição faz parte da história de resistência de uma vida associativa enraizada na classe trabalhadora. Depois da fundação do jornal em 1879, os operários tabaqueiros decidiram lançar uma associação com o mesmo nome que pudessem servir de suporte financeiro da publicação e simultaneamente educar os filhos dos trabalhadores, assim como apoiar a comunidade. Este compromisso com a luta dos operários e com os ideais de progresso e justiça social encontrou sempre nos sócios e amigos uma

rede de solidariedade que alavancou a longevidade d'A Voz do Operário.

Muitos, deixaram em testamento o seu contributo para que a histórica instituição prosseguisse o seu caminho para além das suas vidas. Um dos casos mais conhecidos foi o de Fernão Botto Machado que deixou parte importante da sua biblioteca à Voz do Operário. Outro foi o de Sebastião Magalhães Lima que deixou 7 mil escudos, em 1930, para reforçar o cofre de beneficência escolar. Mas também houve quem deixasse um edifício como o jornalista Rocha Martins que morreu em 1952.

Ao longo dos anos, são muitos milhares os sócios e amigos que de forma anónima aderem à campanha "Ajudar assim não custa" com contributos financeiros através da declaração anual de IRS. Para muitos, a opção de consignar 0,5%, sem qualquer custo, a esta instituição é já um hábito. Para outros, a escolha de consignar um contributo em sede de IVA, que implica perda de dinheiro, é mais um compromisso com A Voz do Operário.

Em 2020, o valor recebido pela instituição sobre IRS declarado em 2019 referente a 2018 foi de mais de 25 mil euros e o IVA de quase 3800 euros. Entre 2017 e este ano, A Voz do Operário recebeu quase 111 mil euros em contributos por esta via.

Mas há histórias que mostram como o trabalho da instituição é valorizado por tantos amigos que não sendo sócios entendem a importância de assegurar a continuidade das valências d'A Voz do Operário. É o caso de um amigo que vive em Cuba do Alentejo e que decidiu contribuir com 5 mil euros pelo reconhecimento do trabalho da instituição em prol da solidariedade. Para este amigo, trata-se de "uma contribuição singela".

É também disso exemplo um cidadão espanhol que vive em Portugal mas que, estando no seu país durante a pandemia e tendo menos gastos, decidiu juntar dinheiro para ajudar uma instituição. Escolheu A Voz do Operário e entregou a sua poupança com um valor simbólico de 1143 euros.

Mas os contributos, maiores ou menores, não chegam apenas de pessoas, também de empresas. Foi o caso da Zinia Confecções que decidiu entregar diferentes peças de roupa interior masculina e feminina à instituição que trabalha muitas vezes com população com grandes dificuldades económicas.

Cada uma destas doações, muitas vezes com grandes sacrifícios, representa o carinho e o reconhecimento do papel d'A Voz do Operário para sócios, amigos e da sociedade portuguesa.

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE

Últimas vagas

1.º e 2.º ciclos
ano letivo 2020/21

“
O coletivo é o motor de desenvolvimento individual, onde a diferença entre os alunos é a grande mais-valia.”

A VOZ DO OPERÁRIO

geral@vozoperario.pt t. 218862155

Antiga Agência Funerária Domingos & Diniz
Gerência de João Natividade

Descontos de 15% para sócios de A Voz do Operário

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

ECONOMIA



Empresários protestam em frente à Assembleia da República.

Com a corda na garganta

Restaurantes, cabeleireiros, feirantes, farmácias, taxistas, mercearias e oficinas de automóveis são alguns exemplos de micro, pequenas e médias empresas. Num país em que compõem cerca de 90% do tecido económico no país, enfrentam uma pandemia sanitária que ameaça transformar-se numa epidemia de insolvências e despedimentos se nada for feito.

Bruno Amaral de Carvalho

Durante praticamente três meses, boa parte das empresas foi obrigada a restringir a sua atividade devido ao novo coronavírus e com parte da população confinada o consumo baixou de forma abrupta. Se os grandes grupos económicos tinham capacidade para aguentar o embate, foram muitos os pequenos e médio empresários que se viram com a corda na garganta frente ao contexto económico imprevisível num mundo à espera de uma saída para a pandemia.

Cinco meses depois do anúncio das primeiras restrições em Portugal, o alívio das medidas de contingência parece ser insuficiente para travar a queda dos números da economia. De acordo com

o Eco, durante os primeiros seis meses do ano, 1313 empresas declararam insolvência, o que representa um crescimento de 2% face ao período homólogo. As empresas insolventes representam um volume de negócios superior a 550 milhões de euros, de acordo com dados da COSEC, e as insolvências registadas representam uma perda potencial de 10.803 postos de trabalho, que ocorreram essencialmente em micro e pequenas empresas, com foco no setor dos serviços. Ficam cerca de 172 milhões de euros de créditos a fornecedores por regularizar, acrescentou o mesmo jornal.

Geograficamente, o maior número de insolvências foi registada no Porto (25,1%, contra 27,2% no primeiro semestre de 2019), seguido de Lisboa

(20,3%, contra 17,3%) e do distrito de Braga (13,3%, contra 13,2%). Por área, o setor dos serviços continua a liderar em número de insolvências, com 306, seguido do setor da construção (14,4%), com um total de 189 empresas insolventes e o setor do retalho (13,1%), com 172 insolvências. Já os empresário em nome individual (ENI), registaram-se, no primeiro semestre de 2020, 148 insolvências, o que corresponde a 11% do total do número total em Portugal.

Outro dado que ilustra o impacto da pandemia e a ineficácia do governo é o decréscimo do número de empresas criadas em relação ao ano anterior. Segundo o Observatório Infotrust, até maio deste ano, foram criadas em Portugal 17.503 empresas, o que representa um decréscimo de 35%.

Uma luta pela sobrevivência

Jorge Pisco é presidente da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) e é uma das principais vozes do setor. À frente de uma estrutura que tem mais de 20 mil filiados, vê o futuro “muito cinzento” se nada for feito. No princípio de julho, centenas de pequenos e médios empresários juntaram-se no Seixal numa conferência sob o lema “No pós pandemia, que futuro para as micro, pequenas e médias empresas?”. Nesse momento, decidiram partir para a luta.

“Foi muito positivo”, considerou Jorge Pisco. A CPPME elaborou uma carta dirigida aos diferentes órgãos de soberania em que mete o dedo na ferida. “Logo na primeira quinzena deste ano,

apresentámos ao governo, aos partidos políticos, à Assembleia da República e aos seus grupos parlamentares e comissões, ao Presidente da República, aos órgãos de comunicação”, um conjunto de medidas, enuncia o documento. De acordo com a confederação, “as propostas convergiam e coincidiam” com aquelas que foram sendo avançadas “pelas federações e associações empresariais dos diversos setores e integravam o essencial das reclamações concretas que milhares de empresários nos iam fazendo chegar”. Mas o facto é que em termos práticos, pouco daquilo que defendiam “se concretizou”.

Em maio, a confederação denunciava que a Linha Capitalizar Covid-19 não era a solução e que era um “engano”. Ou “são precisos preencher dezenas de páginas nos formulários, ou são preciso garantias patrimoniais, ou está para aprovar, ou está esgotada, ou estando aprovada o banco não disponibiliza o dinheiro”, descrevia assim toda a gincana burocrática para aceder ao apoio do Estado, com o agravamento de todas as medidas publicadas até então manterem o “travão geral da não existência de dívidas ao fisco e à Segurança Social e de incumprimentos bancários”. Então, a CPPME apontava o dedo à discriminação e dava exemplos: “o apoio às livrarias, exigência de que sejam pessoas coletivas, discriminando os empresários em nome individual; Programa ADAPTAR, exigência de contabilidade organizada, discriminando os empresários com contabilidade simplificada; sócios-gerentes - estabelecendo um tecto de 80 mil €”, que deixou de fora milhares de empresários”.

Para Jorge Pisco, o cenário que se avizinha é bastante complicado. “Muita gente está a pensar no que fazer à vida, o que fazer com os seus trabalhadores, face às quedas abruptas”. Diz que neste momento o comércio está a funcionar “mas não tem clientes”. Aponta a desilusão do mês de julho no turismo quando ainda havia alguma expectativa de melhoria. Mas não. “Nota-se o receio das pessoas”. E os problemas avolumam-se e rebentam pelas costuras. Fala num sem número de casos problemáticos. Das empresas de montagem de stands em feiras aos eventos que não acontecem e que deixam a faturação a zeros numa série de pequenos negócios.

Outra das denúncias prende-se com a política de assédio por parte dos bancos para aliciar os pequenos e médios empresários. Esta é uma das queixas enviada ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República e ao primeiro-ministro. Falam em desespero porque a precisar de liquidez os ban-



Conferência da CPPME no Seixal.

cos demoram a dar resposta e quando a dão vêm dizer que “as linhas de apoio, a custos baixos e com aval do Estado, já estavam esgotadas”, mas se quisessem podem aceder a financiamentos de linhas do próprio banco, com custos “um bocadinho” mais elevados e “tendo que apresentar garantias ou reforçar as já existentes”. Jorge Pisco acusa os bancos de fazerem o que querem.

“O governo não está a fazer o que é preciso”, afirma. Entre as muitas críticas, denuncia que os apoios para criar as condições necessárias à reabertura “foram de um montante [de tal forma baixo], que em meia dúzia de dias estavam esgotados” e revela que há empresários que pediram lay-off em março que ainda não receberam qualquer verba desse apoio.

Dar voz ao desespero na rua

Os empresários das micro, pequenas e médias empresas protestaram na quarta-feira, 22 de julho, junto à Assembleia da República, contra as medidas insuficientes para fazer face à crise criada pela pandemia do novo coronavírus. Os manifestantes deram voz ao desespero e às enormes dificuldades por que passam. Jorge Pisco deu o exemplo da associação de eventos que

estava a recolher comida para apoiar muitos dos empresários e trabalhadores. O protesto que levou as reivindicações às portas do parlamento foi também mais um momento para exigir a criação de Fundo de Tesouraria com juros a custo zero e um período de carência alargado. Outra das medidas de maior urgência para os pequenos e médios empresários é a aplicação imediata das decisões vertidas no Orçamento Suplementar.

Outras propostas da CPPME:

- Criação, com urgência, de uma medida compensatória que enquadre, sem qualquer restrição, um apoio aos sócios gerentes, com carreira contributiva para a Segurança Social;
- Reforço da Linha de Apoio à economia - Covid19, com aval do estado – para os sectores, que foram dos primeiros a parar e serão dos últimos a retomar;
- Pagamento urgente das dívidas do Estado às Empresas, com prioridade às Micro e Pequenas Empresas;
- Isenção do pagamento das rendas às atividades económicas das micro e pequenas empresas, fora e dentro do centros comerciais, com

apoio compensatório aos pequenos senhorios;

- Suspensão do Pagamento por Conta (PPC) a pagar em 2020;

Candidatura ao Conselho Económico e Social

À Voz do Operário, o presidente da CPPME deu a conhecer que a estrutura que dirige se vai candidatar, uma vez mais, ao Conselho Económico e Social (CES). Atualmente, têm assento neste órgão constitucional de consultal oito representantes das organizações empresariais, a designar pelas associações de âmbito nacional, mas até agora a CPPME tem ficado de fora. A intenção dos pequenos e médios empresário da confederação é levar a voz deste importante setor económico à concertação social.

O CES é um órgão que tem por principais objectivos, de acordo com a legislação, a promoção da participação dos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania, no âmbito de matérias socioeconómicas, sendo, por excelência, o espaço de diálogo entre o governo, os parceiros sociais e restantes representantes da sociedade civil organizada.

JÚLIO POMAR

«Se não estivesse habituado ao erro estava tramado!»

Artista de importância indiscutível, Júlio Pomar morreu há dois anos no dia 22 de maio, aos 92 anos. Sempre ativo a pintar, quando concedeu esta entrevista estava a trabalhar numa encomenda – «um retrato de família» - que não chegou a terminar. A sua obra atravessa toda a História portuguesa do século XX. Esta é uma das últimas entrevistas em que fala de tudo, sem cerimónias. Para descobrir mais, o Atelier - Museu Júlio Pomar apresenta a exposição “Em torno do acervo II”, até Setembro de 2020, colocando algumas das suas obras em retrospectiva.



Júlio Pomar nasceu em 1926.

André Alves

O seu livro *Da Cegueira dos Pintores*, de 1986, permitiu-me descobrir uma série de etapas no pensamento do criador e do pintor. Não resisto a começar por aqui, é incontornável, uma vez que é uma sugestão vinda do seu livro: o que é que acha de si próprio?

Bom, o que é que lhe posso dizer? Posso dizer-lhe, e não vou falhar muito à verdade, que me sinto muito como um bichinho, uma minhoca que se descobriu a chegar à superfície e que não sabe muito bem aquilo que está a ver nem como perguntar. No que está a ver está cheio de indecisões e tem a impressão de que cada vez que põe o pé num degrau vê esse degrau abrir-se. Ora o problema é que se esta posição ini-

cialmente pode parecer perturbante, ou dececionante, uma espécie de pergunta sem resposta, e eu não quero usar aqui a palavra «maturidade», mas um certo frequentar da resposta ou das pretensas respostas conduzem a uma posição, ou parecem conduzir, que não é dececionante, por não haver uma resposta concreta. E aqui estamos a tropeçar nas palavras. Uma coisa que me parece fundamental ao longo do nosso trabalho é questionar a pergunta, não no sentido de encontrar uma resposta mas numa aproximação, num tatear. Isto dentro duma sensação de mobilidade, de chão que mexe, que a princípio pode ser perturbadora ou dececionante, como já disse, mas, com a continuidade, esse sentir-se o chão a mexer passa a ser um estímulo.

A ideia fundamental do seu percurso que me surge é a de um constante risco em toda

a sua extensão. Acha que foi, é e será continuamente um risco?

Sim, sim, sim, a própria ambiguidade, a riqueza da palavra «risco».

Pensa que esse risco, esse permanente desafio cria de certo modo a própria chama do sagrado? É isso que distingue as pessoas que sabem onde estão e para onde querem ir?

Claro. Isso acontece quase na totalidade sem que as pessoas tenham consciência disso. No fundo, as pessoas têm necessidade de escamotear as coisas, fugir à realidade das coisas. A possibilidade de viver é realmente escamotear, ou esquecer por momentos. E aqui as palavras começam a ter inutilidade. Mas o que é útil e não é inútil? Começa a ser perigoso.

Depois de fazer o retrato do Norton de Matos foi afastado da escola onde lecionava. Foi um risco que sabia necessário correr?

A liberdade assusta, evidentemente. Digamos que o touro sente a necessidade do redondel. A liberdade tem sempre um preço.

A liberdade é uma realidade imutável? Ou sente que a liberdade mudou ao longo da sua vida?

Julgo que nunca tive uma ideia muito precisa acerca do que era liberdade, tal como nunca fui levado a aceitar automaticamente os limites e as condicionantes que a sociedade impunha. O desregrar dessas convenções para mim era uma possibilidade sempre, ou quase sempre não condenada. O que me parece essencial é sabermos o que nós entendemos por liberdade, e o entendimento deste sentimento só pode ser dado através de limites. Ora tais limites já parecem, em princípio, implícitos na ideia de liberdade. Portanto, a liberdade é uma utopia, mas não gosto da palavra. Eu penso que não é de maneira nenhuma um corpo fixo, ela tende a ser definida em termos de leis, artigos que regem a sociedade, que por definição são limitações, são o contrário da liberdade. E há aqui uma contradição interna de que a maior parte das pessoas não se dá conta. A liberdade é extremamente difícil de ser precisada e muito perigosa, no sentido em que estamos habituados a entender as coisas através da sua limitação. A definição é uma limitação.

Por outro lado, hoje os limites da liberdade estão mais esfumados. Por exemplo, não se percebe onde está o conflito, ou a energia que poderá vir do conflito com esses limites impostos. Haverá uma energia perdida?

Com certeza, não sei se essa ideia que temos de aproveitar os limites, e isto é uma pergunta, não resultará numa dificuldade de fazermos uma leitura do panorama, de estarmos demasiadamente próximos? Pode ser o conceito de liberdade que dilatou... E eu pergunto-me se realmente será assim ou se isso se passa sobretudo na aparência, na busca do carácter essencial da liberdade? A matéria é muito delicada e pouco abordada. A ideia geral é que hoje temos muito mais liberdade do que tiveram os nossos pais ou avós, isso é verdade, mas em que medida é que isso é mais do que uma aparência? Isto pode ser um comentário à velha do Restelo, atenção...

Com a eleição de Donald Trump passámos a um discurso mitológico e infantil, e somos forçados a conviver com notícias falsas, negação da próxima história, etc. Será que não vemos ou não queremos ver? É uma crise da representação democrática ou precisamente o oposto?

Eu espero que isto seja um acordar sobre o jogo das aparências. É um facto que muitas afirmações do senhor são de algum ponto de vista do gosto popular. Não há dúvidas de que as ideias sobre a liberdade da mulher são conceitos praticamente de elites: na rua, na profunda vida do dia a dia, nós sabemos o que se passa. Não há, oxalá que me engane, assim uma modificação tão evidente como parece haver num circuito limitado:

no país profundo a situação é igual, não mudou totalmente. Tenho a impressão de que isso tem a vantagem de nos lembrar desta situação.

Como é que lida com o erro?

Estou habituado a ele. Se não estivesse habituado ao erro estava tramado! [Risos.]

Depois da série das «corridas de cavalos», quando está no Algarve, há uma série de obras destruídas. Era insatisfação com o processo ou com o objeto final?

É que o resultado era inconclusivo, não dava para coisa nenhuma. É como um cavalo que escavasse o chão em vez de formar o passo.

Escreve a certo momento que o acaso é dos materiais mais preciosos, que pode fazer despontar uma paixão, fazer ignição, que é uma coisa que o desperta e o leva à obsessão...

No fundo, o acaso é a *capacidade de ver*. O acaso está no próprio, não existe sem a possibilidade do seu encontro. Um encontro é um encontro, a descoberta pode ter um peso extraordinário.

Julgo que nunca tive uma ideia muito precisa acerca do que era liberdade, tal como nunca fui levado a aceitar automaticamente os limites e as condicionantes que a sociedade impunha.

A arte no espaço público é uma coisa que lhe interessa? Lembra-me do exemplo da estação ferroviária de Corroios...

Ah, eu gostei muito desse trabalho. Sim, sim, essa estação foi das coisas mais pertinentes que me deram a fazer... Aí, sem dúvida, empenhei-me muito, foi um trabalho que me entusiasmou muito...

Outro exemplo curioso é o nosso passaporte com Fernando Pessoa em desenhos seus...

A ideia foi do *designer* que fez o passaporte, o Henrique Cayatte: desenhar o passaporte e enchê-lo com os meus bonecos.

Falando agora de museus e do acesso às obras originais que sei ser algo que o preocupa. Haverá hoje uma grande mudança em relação a este acesso?

Bom, sou suspeito nessa história porque eu sou um rato de museus. Eu gosto muito dos museus. Mas sou das pessoas que veem, detesto museus chatos, cheios

de quinquilharia, que contam a vida da Dona Maria II, que mostram as cuecas e as jóias, para isso eu estou-me nas tintas. Por um lado, o museu é uma possibilidade de oferta, por outro lado é uma capa que é ajeitada, e que hoje com certos hábitos criados se torna quase impossível de utilizar, como os Louvres, etc., são hoje *inutilizáveis*... porque agora têm que ser percorridos com os audioguias, com telemóveis... As pessoas nem olham, partilham tudo mas nem olham para o conteúdo daquele aparelho. Há um empobrecimento daquilo que se recebe pela vista, e que é reduzido a coeficientes extremamente limitados. Nos países que são ricos, por exemplo a Itália, é relativamente fácil ter coisas para ver, há uns grandes museus, mas é fácil encontrar outros museus talvez com menos pontos mas igualmente interessantes. É uma maravilha.

Estou a ver ali um retrato de Vitorino [Mestre Vitorino de Almeida], sei que são amigos. Que influência é que teve e tem a música no seu trabalho?

Tenho a certeza de que a música, por razões que me falta averiguar, é a arte de que faço mais esforço para me aproximar. E aquela que tenho mais dificuldade em entender. Isto por uma razão muito simples, acho eu: quiseram ensinar-me piano quando eu tinha sete anos. É uma razão demasiado simples! [Risos.] Deve haver uma série de incapacitações, mas desde que me conheço continuo a fazer este esforço. É a arte que representa para mim um grande esforço para retirar prazer, para compreender. Não tenho o entendimento que suponho ter das outras, há um grande bloqueio. Claro que nunca fiz grandes progressos no piano, uns dois anos no máximo, para mim era um exercício penoso... O facto de ser literalmente obrigado a estudar piano foi realmente a questão, foi isso que me separou da música. Eu tiro prazer de ouvir música, claro, mas exige-me um esforço suplementar, o que é um péssimo sinal. Tenho de fazer um grande esforço de concentração.

Depois do problema de saúde que teve, pintou obras de uma escala imponente, numa série com uma pujança incrível. Sentiu a necessidade de obras dessa dimensão?

Sim, reconheço que há o problema da morte. O que é que posso dizer? Isto é muito arriscado, mas tenho a impressão de que não me assusta. Não há outra alternativa. E, portanto, não vale a pena a sofrer por isso. Não sei se, quando o problema se puser concretamente, eu vou reagir desta mesma maneira, com este desprendimento. Nestas condições não me dá uma angústia muito grande. Quanto muito, uma sensação de repouso. Mas tudo isto, atenção, interrogado. Porque se levar uma martelada na cabeça, não sei exatamente como irei reagir, é natural que não reaja da mesma maneira do que estando assim, a frio, a pensar na história. É uma questão que só quando se chega lá é que se sabe.

Sentiu uma energia diferente depois desse período em que esteve mais debilitado?

Sim, mas hoje trabalho muito menos e sei que não vale a pena insistir. Isto é como o cão que se deita... E não fico magoado, não me sinto triste... Até agora. As coisas podem mudar. Não somos tão totalmente diferentes uns dos outros.

TRANSPORTES PÚBLICOS

Utentes contestam fim das limitações de lotação

Inexplicavelmente, várias empresas de transportes mantêm-se em lay-off em plena pandemia e os movimentos de utentes exigem o reforço da oferta para fazer face ao aumento do número de passageiros.

O Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos (MUSP) lamentou as declarações do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre a possibilidade de acabar com as limitações à lotação dos transportes públicos de passageiros. Essas declarações foram, aliás, motivo de críticas da ministra da Saúde, Marta Temido afirmou que não vê razões para alterar recomendações da Direção-Geral da Saúde.

Para o MUSP, se nada indica que os transportes públicos sejam, por si só, um local de risco acrescido para o contágio da covid-19, há que cumprir “as recomendações da Direção Geral de Saúde e da Organização Mundial de Saúde”, nomeadamente “no que diz respeito ao distanciamento social”, cita o *AbrilAbril*.

O movimento de utentes destaca que o importante “é acabar com o lay-off nas empresas de transporte de passageiros” e assegurar durante “as horas de ponta e nos períodos de maior procura” que estão em circulação “o maior número possível de veículos e composições”.

Os tempos de espera nos transportes, sublinha, não se resolvem “com a sobrelotação dos autocarros, barcos e comboios, mas sim com o reforço da frequência/oferta”.

Ao contrário, o que se espera, do governo e das transportadoras contratadas para prestar o serviço público de transportes é “mais notícias sobre o efetivo investimento nos transportes, a garantia e fiscalização da higienização efetuada aos veículos e composições, notícias sobre a venda automática de máscaras nas interfaces ou sobre a disponibilização de álcool-gel nos cais e estações, mas não, temos declarações que não resolvem problemas apenas acrescentam ruído”.



O comunicado do MUSP citado pelo *AbrilAbril* conclui reafirmando a sua convicção de que o sistema de transporte das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais tem um papel fundamental a desempenhar na vida das populações e na diminuição dos focos epidémicos, bastando para tal o efetivo investimento na melhoria da higiene, segurança e frequência das ligações já existentes e a criação das necessárias para garantir os restantes movimentos pendulares.

GARCIA DE HORTA

“Nunca este hospital conheceu dias tão negros”

Sucedem-se os problemas no Hospital Garcia de Horta (HGO), em Almada. Primeiro foi o encerramento noturno da urgência pediátrica que levou a população à rua, agora é a vez do serviço de Ginecologia/Obstetrícia. Utentes reivindicam intervenção urgente por parte da tutela e num ofício enviado à ministra da Saúde, Marta Temido, as Comissões de Utentes da Saúde dos concelhos de Almada e do Seixal alertaram para “notícias preocupantes sobre a inoperacionalidade e incapacidade de alguns serviços”, bem como para “um crescendo de conflitualidade entre os serviços e o Conselho de Administração, em particular com a direção clínica, com acusações graves quanto à qualidade e competência das orientações desta emanadas”.

De acordo com o *AbrilAbril*, entre os casos assinados surge precisamente o serviço de Ginecologia/Obstetrícia. Os utentes alertam que, “sendo este um serviço emblemático e de referência no historial” do hospital, “atingiu em pouco tempo um ponto de rutura, que opõe a chefia do serviço à direção clínica e agora, solidariamente, a toda a equipa”, de que resultou um plano de contingência, com o encerramento noturno deste serviço.

As comissões relatam que, na madrugada do dia 8 de julho, perante o serviço encerrado, uma utente em trabalho de parto foi transferida para o Centro Hospitalar do Barreiro, porque a Maternidade Alfredo da Costa “se encontrava lotada”, salientando que “nunca” o Garcia de Orta “conheceu dias tão negros, que preocupam e intranquilizam todos quantos a ele recorrem”.

Tendo em conta que “algo de profundamente anormal se passa no HGO”, os utentes defendem que a tutela tem de intervir “com urgência”, tomando as medidas necessárias à “reposição da normalidade dos (e nos) serviços”.

A VOZ do corvo



A grande confusão

Para um cidadão que procura estar informado, que lê jornais, vê televisão e navega na internet, as informações chegam ao jeito de torrentes de onde será necessário sacar certezas e expurgar incorreções.

Confrontou-se esse cidadão nas últimas semanas com confusa informação pois viu sobreposta à noção de “bairro social” a designação de “bairro problemático” através de fugazes imagens aéreas que

apontavam os prédios da triste Jamaica, a Cova da Moura e o Bairro das Amendoeiras, na revigorada Marvila, englobando-os como sendo pasto favorito de insidioso vírus.

Como se qualquer deles não tivesse história, paisagem, vivência e realidade tão diferentes de todos os outros...

Carece, aliás, de reflexão a própria noção de “bairro social” ou de “habitação social” pois que entre os pilares da sociedade atual – a Habitação, o Trabalho, a Segurança e a Circulação – só a primeira exhibe o aposto de “social” quando, na realidade, não há uma educação-social, nem uma saúde-social, nem uma proteção-civil-social, nem transportes-sociais destinados a grupos diferenciados da população em função das suas posses.

O Estado constrói hospitais, centros de saúde, escolas, quartéis de bombeiros e todos os equipamentos necessários ao bem-estar da população sem cuidar de saber quanto ganha quem os procura e usa.

Não será isso o que sucede em relação à habitação. Um avassalador mercado produz em excesso casas caras (basta ver o frenesim publicitário que enche as

secções do imobiliário de jornais e revistas...) enquanto sucessivos governos lançam nos seus orçamentos magríssimas verbas para a construção direta de habitação, única via de acesso a uma habitação condigna para a maior parte da população.

E se tudo isso não fosse consequência da ânsia de arranjar uma casa e ter levado alguns a ocuparem estruturas inacabadas de prédios altos e lá, em qualquer que fosse o andar, construir barracas e ligarem esgotos, como na Jamaica; outros caírem no sórdido mercado negro da habitação nos bairros de “génese ilegal” (cínica designação) como na Cova da Moura e de todos eles e mais os da classe média urbana serem obrigados a viver em sítios de altas densidades, afastados das fontes de trabalho e a utilizarem em penosas deslocações transportes insuficientes e atafalhados.

Será este o quadro, pintado a traços largos mas realista, da vida na Grande Lisboa e será este o ambiente próprio para que o maldito vírus se espalhe.

Francisco da Silva Dias

Transportes públicos



Realidade virtual

Segundo uma definição da Wikipédia, realidade virtual é uma tecnologia de interface entre um utente e um sistema operacional através de recursos gráficos 3D ou imagens a 360° cujo objetivo é criar a sensação de presença num ambiente virtual diferente do real.

Por outras palavras, podemos dispor de meios de transporte que nos obrigam a longas esperas, com falta de conforto e nalguma horas com excesso de ocupação, mas se nos colocarmos num espaço onde se possa usufruir da realidade virtual a oferta garante intervalos curtos, conforto e espaço adequado.

Vem isto a propósito de uma decisão governamental divulgada na televisão (pelo menos).

Membros do Governo fizeram afirmações públicas de que não havia necessidade de estabelecer lotação para os transportes públicos (que nunca foram avaliadas no concreto apesar de estabelecidas) porque noutras cidades também essa questão estava ultrapassada.

A primeira pergunta que se coloca é: há quanto tempo não andam os responsáveis por tais declarações em transportes públicos na hora de ponta?

Mesmo não usando os transportes públicos as imagens devem chegar através da televisão.

A única explicação é que alguém os aconselhou a avaliarem a situação levando-os a um espaço de realidade virtual.

Aí, foram transportados para uma cidade onde a oferta é adequada, o que permite a distância social aconselhada para evitar a propagação do Covid-19.

O argumento é mesmo misturar alhos com bugalhos. No mínimo, para não ser ofensivo.

Nós, portugueses, temos a sorte de disfrutarmos de um clima privilegiado. Se fossemos um país nórdico, em zonas de inverno rigoroso de muitos graus negativos, onde os autocarros têm horários que são cumpridos, pois se as pessoas estivessem sujeitas às nossas esperas não precisariam de autocarros, mas de ambulância para as levar para o hospital com hipotermia, não havia serviço de saúde que nos salvasse.

Os exemplos alheios são sempre referências a ter em conta, mas para daí extrair o que pode ser utilizado como um avanço depois de adaptado à realidade concreta.

Rego Mendes

AMIANTO



Bernardino Soares, presidente da Câmara Municipal de Loures.

Loures acusa governo de mentir sobre financiamento da retirada do amianto

Quem circulasse pelas ruas de Loures, no fim de julho, poderia ver cartazes do Partido Socialista espalhados pelo concelho a celebrar a transferência de uma verba de 2,4 milhões de euros por parte do governo para a remoção de amianto das escolas locais. Mas o presidente da Câmara Municipal de Loures, Bernardino Soares, acusou o governo de ter mentido sobre o plano de financiamento para a retirada de amianto das escolas e criticou o prazo “reduzido” para a adjudicação das obras.

“As nossas suspeitas confirmaram-se. O valor inscrito no aviso é cerca de metade ou até menos do valor de mercado da substituição das coberturas de amianto. Portanto, aquilo que o governo anunciou como cobertura a 100% é afinal uma cobertura a menos de 50% do valor real e isto é escandaloso”, afirmou o autarca comunista, em declarações à agência Lusa.

Em causa está o facto de o governo ter anunciado no início de junho um investimento de 60 milhões de euros para a retirada de estruturas com amianto das escolas públicas, que são afinal totalmente assegurados por fundos comunitários, segundo o Plano de Estabilização Económica e Social (PEES).

Segundo a Lusa, de acordo com o PEES, o executivo pretende “remover e substituir todas as estruturas com amianto existentes em escolas localizadas nos territórios abrangidos pelos Programas Operacionais Regionais Norte 2020, Centro 2020, Lisboa 2020, Alentejo 2020 e CRESC Algarve 2020”.

Bernardino Soares explicou que para as cinco escolas geridas pelo município que foram incluídas no despacho do Ministério da Educação, e que representam um investimento total de 5,6 milhões de euros, a autarquia terá de dispor de uma verba de três milhões de euros, enquanto os fundos comunitários cobrem 2,6 milhões.

Já no caso das 16 escolas da responsabilidade do Governo, para as quais é necessário um investimento de mais de cinco milhões de euros, a Câmara de Loures avançará com uma verba de 2,6 milhões e os fundos

comunitários cobrirão 2,5 milhões.

Ou seja, na prática, o governo, do seu orçamento, “não põe nem um euro, cativa fundos comunitários insuficientes para cobrir as despesas e ainda anuncia que é graças ao Governo que vai haver retirada das coberturas de amianto, o que é falso. Vai haver graças aos municípios”, sublinha Bernardino Soares. Apesar da dificuldade em suportar estes encargos, o autarca assegurou que a Câmara vai avançar “rapidamente” com a abertura do concurso público, mas exigirá ao governo que ponha o resto do dinheiro.

Nesse sentido, os prazos estabelecidos para a adjudicação das obras também merecem críticas do autarca de Loures (distrito de Lisboa), que os considera “manifestamente reduzidos”. A candidatura exige adjudicação da obra e mesmo lançando agora, como vamos lançar na próxima semana, é difícil ter o concurso pronto até à data do aviso. Esse prazo tem de ser alargado”, defendeu.

O aviso do Governo estabelece que as candidaturas deverão incluir obras adjudicadas até 30 de outubro. Numa resposta escrita enviada à agência Lusa, fonte dos ministérios da Coesão Territorial e da Educação esclareceu que “as despesas elegíveis têm um valor indicativo, o qual resulta de uma consulta de mercado”.

Todavia, havendo comprovada necessidade do reforço deste valor, e como tem sido deixado claro pela ministra da Coesão Territorial, serão feitos ajustes de modo a acomodar todas estas operações”, acrescenta a nota.

A resposta ressalva que “a lista de edifícios escolares que poderão ser alvo destas intervenções é já pública desde o final de junho e que “a taxa de financiamento em fundos europeus dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020 para estas operações é de 100%”.

A utilização de fibras de amianto foi proibida no quadro normativo nacional em 2005 e, até agora, os investimentos na requalificação e modernização de escolas permitiram proceder gradualmente à remoção de parte deste material, que ainda não foi totalmente eliminado dos estabelecimentos de ensino.

ZECA AFONSO

Obra fonográfica de José Afonso vai ser classificada de interesse nacional



Esta é a primeira vez que a obra fonográfica de um autor é classificada como “conjunto de bens móveis de interesse nacional”, revelou o Ministério da Cultura.

O Ministério da Cultura vai abrir um processo de classificação da obra fonográfica do músico e cantor José Afonso, como “conjunto de bens móveis de interesse nacional”.

Trata-se da primeira vez que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) inicia um processo de classificação de uma obra fonográfica, revelou o Ministério da Cultura em comunicado emitido na véspera de se assinalar o 91.º aniversário do nascimento de José Afonso.

Segundo a tutela, abre-se um precedente para que “qualquer cidadão possa, a partir de agora, propor a classificação de um bem ou de um conjunto de bens fonográficos”, numa estratégia para o património sonoro que visa “a criação de bases legais e técnicas relativas ao património sonoro, como é o caso do Arquivo Nacional do Som”.

A decisão anunciada surge um ano depois de o parlamento ter aprovado um projeto de resolução do PCP que recomendava ao governo a classificação da obra de José Afonso como de interesse nacional, com vista à sua reedição e divulgação.

Na altura, a família de José Afonso, detentora dos direitos da obra musical, manifestou o apoio à classificação da obra, e a Associação José Afonso (AJA) reuniu mais de 11 mil assinaturas numa petição pública que apelava à mesma decisão.

Ainda em 2019, a ministra da Cultura, Graça Fonseca, afirmava que o processo de classificação não se

iniciou mais cedo, por não existir acesso às ‘masters’ e ao conteúdo das gravações originais de José Afonso.

A situação foi caracterizada por Francisco Fanhais, presidente da AJA, como de um “imbróglie jurídico” resultante da falência de algumas das editoras discográficas de José Afonso, que comprometiam a sua reedição.

José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, também conhecido por Zeca Afonso, foi uma figura maior da cultura portuguesa e, simultaneamente, um cidadão civicamente empenhado antes e depois do 25 de Abril, lutador pela liberdade, democracia e justiça social.

José Afonso nasceu em 2 de agosto de 1929 em Aveiro e começou a cantar enquanto estudante em Coimbra, tendo gravado os primeiros discos no início dos anos 1950 com fados de Coimbra, editado pela Alvorda, “dos quais não existem hoje exemplares”, refere a associação na biografia oficial do músico.

“Voz de um povo sofrido, voz de denúncia, voz de inquietude. Voz sinete da revolução de Abril”, como descreve a AJA, José Afonso gravou álbuns como “Cantares do Andarilho”, “Traz Outro Amigo Também”, “Cantigas do Maio”, “Venham Mais Cinco” e “Coro dos Tribunais”.

Autor de “Grândola, Vila Morena”, uma das canções escolhidas para anunciar a revolução de Abril de 1974, José Afonso morreu a 23 de fevereiro de 1987, em Setúbal, de esclerose lateral amiotrófica, diagnosticada cinco anos antes.

No dia em que José Afonso completaria 91 anos foi descerrada uma estátua em tamanho real do cantautor em Belmonte, por lá ter vivido em jovem.

A VOZ
dos livros



Luís Filipe Costa, escritor de policiais

Luís Filipe Costa, a “voz que anunciou o 25 de Abril”, deixou-nos há pouco. Homem da rádio, da televisão e do cinema, fecundo inovador das formas de comunicar, não se limitou apenas a essas funções. A literatura portuguesa ficou a dever-lhe dois magníficos livros que penetram nesse ambiente circular de uma certa fauna da intelectualidade urbana, da geração anterior ao 25 de Abril.

Trata-se de dois livros raros pela argúcia, pela sensibilidade, pela destreza descritiva, pela inventiva abordagem do real, pelo novo e enxuto da linguagem, pela reinvenção vocabular e metafórica - *A Borboleta na Gaiola* e *Agora e na Hora da Sua Morte*.

Escrito em “lisboês” de fino traço, *A Borboleta na Gaiola* encena, ao estilo do realismo cinematográfico, tão caro ao realizador que Luís Filipe Costa foi, um olhar coevo sobre a fauna lisboeta de uma certa esquerda do início dos anos 1970, sobre esse esquivo, ululante espaço de todas as conjuras inconsequentes, dos gritos sem eco, do maldizer para espalhar os medos da noite enorme, o tédio e o negrume que a todos açoitava. Crónica sagaz de uma geração de verniz e cetim puído, embalando nos braços os livros proibidos que *Barata* fornecia à socapa; que bebia as noites em botequins de margens líricas e mansas, tascas manhosas, bares da moda entre as Amoreiras e as franjas do Bairro Alto, no ano que antecedeu a Revolução. Turba que se inquieta, e aquieta, que discute Godard e Truffaut, malta das libertinagens sem lastro, dos teatros, dos livros, do cinema que se tentava fazer. Malta, como a define o autor, que se arrastava pela noite numa forma peculiar de querer gastar a vida e alicerçar a mudança. Vistosa, como a borboleta, esta gente não produz, porém, um único som que incomode verdadeiramente o poder. Isso é para os pássaros da madrugada, os autênticos revolucionários, que este romance aflora, dado que fechados em Caxias, Peniche ou calcorreando as ruas do exílio.

Em *Agora e na Hora da Sua Morte*, é o crime que abre a narrativa, que dá tom e substância a uma história ludo-policia das antigas. O texto apanha-nos logo na primeira página, com facadas, sangue e policia como mandam as normas. Mas o autor envia as normas para o recreio e deixa-nos pendurados uma caterva de páginas a percorrer a Lisboa nocturna dos finais dos anos 1980; a trazer-nos retratos deslassados, cruéis, memórias, desencantos, restos nostálgicos de júbilo e retraimento, as rugas de uma esquerda festiva (ou caviar?) que o autor já cronicara em *Uma Borboleta na Gaiola*. A escrita arguta de Luís Filipe Costa, percorre esse esquivo corpo, os lanhos de uma revolução a derruir.

A Borboleta na Gaiola e Agora e na Hora da Sua Morte, de Luís Filipe Costa – Edições Nova Vega

Domingos Lobo

NOVO BANCO



Novo Banco já recebeu 11.263 milhões de euros do Estado

Negócios de venda de imóveis do Novo Banco geram suspeitas

Banco terá vendido 13 mil imóveis a um fundo anónimo, tendo dado crédito e recebido compensação estatal pelas perdas.

É mais um escândalo protagonizado pelo Novo Banco. A gestão do “banco bom” que saiu do antigo BES continua a dar que falar depois de ter vendido 13 mil imóveis a um fundo anónimo, tendo dado crédito e recebido compensação estatal pelas perdas.

A notícia do *Público*, no fim de julho, referia que foram vendidos 13 mil imóveis, “avaliados em 631 milhões de euros por 364 milhões”. “Com a agravante de ter sido o próprio banco a emprestar o dinheiro para a realização da operação e o fundo de resolução a cobrir o prejuízo, a ser verdade, deixa de ser apenas um mau negócio e passa a ser um crime económico contra o Estado português”, diz o artigo no jornal, que sai um dia depois de António Costa ter pedido, numa carta ao Ministério Público, que fossem avaliados procedimentos para acautelar a proteção dos interesses do Estado no Novo Banco.

O *Expresso* tinha noticiado anteriormente que António Costa enviara uma carta à procuradora-Geral da República, Lucília Gago, onde pedia a suspensão da venda de ativos do Novo Banco até que fosse concluída a auditoria que está a ser feita pela Deloitte.

Segunda a carta a que o semanário teve acesso, o chefe do Governo falava das acusações feitas no parlamento pelo presidente do PSD, Rui Rio, sobre as vendas de ativos pelo Novo Banco, para sustentar o pedido para que o Ministério Público desenvolvesse “os procedimentos cautelares adequados à proteção dos interesses financeiros do Estado” até que a auditoria fosse concluída.

Negócios ruins

No início de julho, o *Público* noticiou também que o lote de quase 200 imóveis vendido em agosto de 2019, com um desconto próximo de 70%, a entidades ligadas ao fundo de investimento Cerberus, teve perdas de 328,8 milhões de euros e que o fundo a que foi vendido é o principal acionista do banco austríaco Bawag PSK, que era liderado por Byron Haines até meados de 2017, pouco antes de este assumir o cargo de ‘chairman’ do Novo Banco (presidente do Conselho Geral e de Supervisão).

Ainda segundo o jornal, foi feita uma queixa à Autoridade Europeia de Mercados e Títulos (ESMA, na sigla em inglês) por gestão ruinosa e pedindo uma investigação criminal.

Nascido na resolução do BES (em 03 de agosto de 2014), 75% do Novo Banco foi vendido em outubro de 2017 ao fundo de investimento norte-americano Lone Star, mantendo o Fundo de Resolução bancário 25%, numa solução acordada entre Banco de Portugal e Governo.

O Lone Star não pagou qualquer preço, tendo injetado 1000 milhões de euros no Novo Banco. Além disso, foi acordado um mecanismo de capital contingente, que previa que durante oito anos o Fundo de Resolução compensasse o Novo Banco por perdas de capital num conjunto de ativos que ‘herdou’ do BES até 3.890 milhões de euros.

Desde então e até hoje, o Fundo de Resolução já injetou 2.976 milhões de euros e ainda poderá colocar mais de 900 milhões de euros, valores que em cada ano têm impacto nas contas públicas uma vez que o Fundo de Resolução é uma entidade da esfera do Estado.

Partidos reagem perante “crime económico”

O PS quer que o presidente do Novo Banco seja ouvido logo na reabertura dos trabalhos parlamentares, em setembro, visando esclarecer suspeitas se a venda de imóveis feita por este banco está a lesar o Estado.

Já o presidente do PSD, Rui Rio, reitera a necessidade de uma investigação do Ministério Público ao Novo Banco, reafirmando que o Governo “nunca deveria ter pago” a esta instituição “sem aferir a seriedade das faturas”.

O PCP já por várias vezes chamou a atenção para a necessidade de haver por parte do Estado um controlo da forma como a Comissão de Acompanhamento está a acompanhar a alienação dos ativos do Novo Banco. A última das vezes foi no passado dia 22 de maio quando entregou na Assembleia da República um Projecto de Resolução que no preâmbulo chamava a atenção para o facto do Governo ter entregue a um banco “mais de 850 milhões de euros para pagar vendas de imóveis e outros activos ao desbarato”. Os comunistas consideram que a venda de imóveis da instituição financeira, alegadamente abaixo do valor da avaliação, é, a confirmar-se, “um crime económico contra o Estado português” e defende a nacionalização do banco.

Já o BE fala em fraude, com Mariana Mortágua a afirmar que o Bloco sempre questionou a venda do Novo Banco à Lone Star. Os bloquistas contestam ainda o financiamento estatal da instituição bancária sem uma auditoria à sua gestão. “Ao longo dos últimos anos, todas as dúvidas sobre quem e a que preço estavam a ser vendidos os ativos do Novo Banco foram descartadas, com Governo, Banco de Portugal e Fundo de Resolução a insistirem, contra todas as evidências, que o modelo de venda previa suficientes formas de fiscalização”, escreveu a deputada bloquista.

BOLÍVIA



Manifestantes exigem eleições em setembro.

População sai à rua para exigir eleições

Com cemitérios, agências funerárias e um sistema de saúde à beira do colapso, o governo imposto por um golpe militar que depôs Evo Morales respira de alívio com novo adiamento das eleições presidenciais.

Bruno Amaral de Carvalho

Uma enorme massa humana encheu as ruas e avenidas para gritar “eleições já” e “democracia, sim, ditadura, não”. O protesto convocado por sindicatos, movimentos e pelo MAS, partido do ex-presidente Evo Morales, contesta o novo adiamento anunciado das eleições presidenciais.

Por sua vez, o governo interino, imposto por um golpe militar, liderado por Jeanine Áñez, desvalorizou os protestos ao mesmo tempo que os condenou, descrevendo-os como uma ameaça viral dos camponeses contra a população urbana.

“Eles não [vieram] marchar, mas sim infectar o povo [de La Paz e El Alto]”, declarou na segunda-feira o ministro interino boliviano da Defesa, Fernando López. Na mesma linha, o ministro Arturo Murillo informou que as forças policiais estavam à procura de “cinco a dez pessoas altamente suspeitas de covid-19” que tinham chegado do Chapare, a região de cultivo da folha de coca.

A profunda clivagem entre índios e brancos, que têm mais acesso às novas tecnologias, viu-se refletida nas redes

sociais que receberam bem as palavras do governo acusando os manifestantes de “irresponsabilidade”. O governo interino pediu ao Ministério Público que processasse o candidato do MAS, Luis Arce, por “danos à saúde”, um crime punível com até oito anos de prisão.

Além disso, a participação do MAS na corrida eleitoral depende de como o Tribunal Eleitoral decidir a queixa apresentada contra o partido de Evo Morales por alegadamente divulgar as suas próprias sondagens, uma atividade proibida durante a campanha pela lei eleitoral. O facto é que ainda não começou sequer a campanha, uma vez que as eleições foram novamente adiadas.

O MAS acusou o governo de “criminalizar o protesto social” e assegurou que a luta para “recuperar a democracia” é suficientemente importante para se correr riscos que os setores populares da população já enfrentam de qualquer forma. A maioria dos bolivianos não pode ficar em casa se quiser comer.

De acordo com o El País, os cemitérios e as agências funerárias, assim como o sistema de saúde, estão em colapso. Alguns serviços básicos, tais como o fornecimento de gás em La Paz e El Alto, estão

a falhar. Embora a presidente interina tenha tido alta do hospital, depois de estar infetada, vários ministros, governadores e presidentes de câmara continuam isolados ou acabam de anunciar que também eles foram infetados.

Na Bolívia há falta de respiradores e medicamentos básicos para a covid-19, tais como azitromicina e dexametasona. O número inexplicável de mortes em casas, carros, salas de espera em hospitais e clínicas, e mesmo nas ruas continua a aumentar. Estima-se que 80% destas mortes sejam causadas pelo coronavírus.

Tendo em conta estes factos, mas também pressionado pelas forças políticas que se opõem à realização de eleições este ano, o Tribunal Eleitoral adiou a data de 6 de setembro para 18 de outubro, assegurando que este será o último adiamento. O facto é que as sondagens apontam o partido de Evo Morales como vencedor e os sindicatos saíram às ruas para pressionar a autoridade eleitoral. Depois do golpe militar e da perseguição política que obrigou à fuga de Evo Morales, os apoiantes do ex-presidente de esquerda tentam evitar o adiamento e o prolongamento de um governo que não foi eleito.

TERRORISMO

Especialistas apontam a extrema-direita como a grande ameaça

Se as organizações jihadistas eram vistas até agora nos Estados e na Europa como a grande ameaça, o Centro norte-americano de Estudos Estratégicos e Internacionais aponta a extrema-direita como o grande perigo da atualidade.

De acordo com vários especialistas, com experiência na monitorização de atividades extremistas violentas, o desemprego devido à pandemia, as fracas perspetivas económicas e a disseminação da desinformação através da internet e dos meios de comunicação social poderiam acelerar a radicalização fascista.

“Vemos uma percentagem crescente de conspirações e ataques nos Estados Unidos a passar, nos últimos anos, de motivações jihadistas, cada vez mais, para atividades de extrema-direita”, afirmou Seth Jones, que dirige o Projeto Ameaças Transnacionais no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um *think tank* sediado em Washington.

Este investigador definiu os extremistas de direita como “entidades subnacionais ou não estatais” com objetivos que poderiam incluir a supremacia étnica ou racial. Podem também ser marcados pela raiva contra políticas específicas como o direito ao aborto, bem como o ódio contra as mulheres, entre outros.

Um relatório do qual foi co-autor registou 14 incidentes terroristas entre 1 de janeiro e 8 de maio. Treze deles foram classificados como de extrema-direita e o outro foi registado como sendo de motivação religiosa, no contexto do jihadismo. Tanto em 2018 como em 2019, os atacantes de direita causaram mais de 90% das mortes relacionadas com o terrorismo nos Estados Unidos.

“Há uma tendência crescente de extremismo de direita no Reino Unido, mas não é tão significativa como o crescente extremismo de direita na América”, disse o Major-General na reforma, Clive Chapman, antigo chefe de contra-terrorismo no Ministério britânico da Defesa. De acordo com Chapman, nas quase duas décadas desde o 11 de setembro de 2001, morreram mais norte-americanos, por adeptos de alguma forma de extremismo de direita do que de qualquer outra ideologia, de acordo com dados compilados pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

LITERATURA

Escolhe três livros e sai de casa para um encontro impossível

Maria João Pereira

É premissa comumente aceite que a perda da capacidade de pensamento-mágico acontece (mais coisa menos coisa) até aos seis anos de vida. Depois disso, mantê-la passa a ser um fenómeno da vontade férrea – trata-se de escolher acreditar, conscientemente, no impossível. Nalgumas cabeças isso passa-se todos os dias. Dá-se uso à plataforma dos sonhos, fecha-se os olhos ao longo do dia para ver o que não-está-à-nossa-frente e por vezes, se houver sorte, até se dobra a realidade com mais habilidade sem se precisar de nenhum aparelho físico de suporte. Quem do exterior pousar o olhar, nada vê senão um humano funcional, mas que pode bem estar a planear uma fuga contígua à descida do sol, com alguém já desaparecido, alguém que aguarda na lista de pessoas-a-conhecer.

Os livros, os discos, as imagens, as pinturas, as fotografias, as cassetes e os posters, os postais ou os autocolantes dispostos pela rua costumam funcionar como ponto de partida para essas aventuras.

“O que diria o Chico Buarque se lhe perguntássemos se algum dia chegou a encontrar o cavalo que só falava inglês? E se fez passar aquela lei que nos obrigava à felicidade?” - mesmo que tentássemos endereçar-lhe por carta escrita, estas e outras perguntas importantes, ficaríamos certamente detidos na impossibilidade de descobrir para onde as enviar e por isso, uma boa solução será começar, amiúde, a tomar chá de camomila com o Chico, e a colocar-lhas directamente. “Será que Nietzsche se emocionou quando descreveu o pensamento dos pré-socráticos?” - boa pergunta para o entalar, enquanto lhe

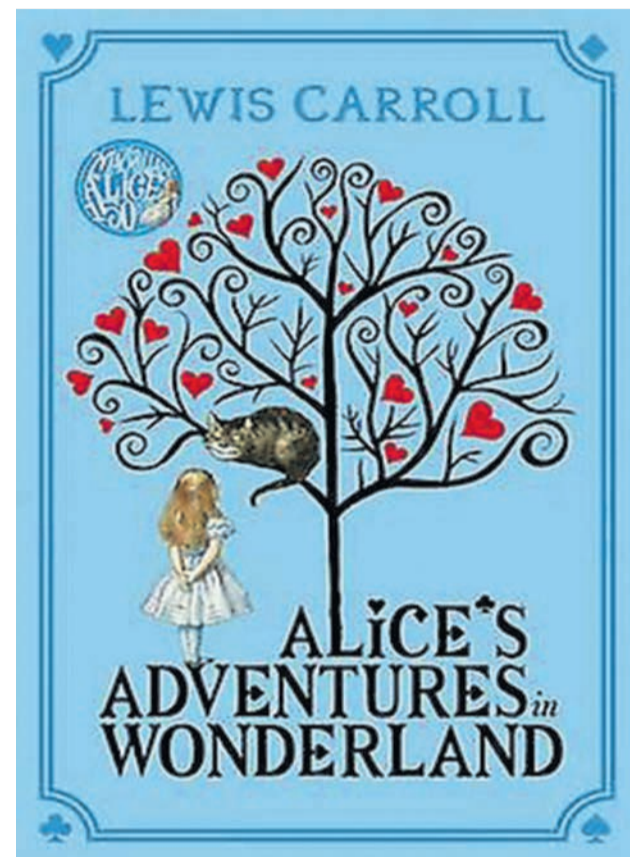
damos esta caixinha com bolachas de manteiga feitas na quarta-feira.

E bem poderíamos passear de mota com Heráclito que gentilmente nos explicaria porque é que a dialéctica nos impossibilita de entrar no mesmo rio duas vezes e escrever no cantinho de uma toalha de papel uma nota à Nina Simone pedindo que nos ensinasse orações tão desinquietantes como a da Sinnerman.

Esta arte de pensar magicamente enquanto adulto dá trabalho, mas a boa notícia é que o eventual acrescento de tempo livre no Verão pode bem servir para começarmos o empreendimento da tarefa. Sugerimos como ponto de partida três livros que podem pôr a teste a resiliência do intento.

Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por volta de 1900, de Walter Benjamin. Uma colectânea de aforismos e fragmentos, frutos de uma abordagem de temas pouco comuns num ensaio filosófico, como os sonhos pessoais e a forma como se observam as ruas de uma cidade e todos os detalhes que as compõem enquanto mapeamento de uma possibilidade de retorno às tenras lembranças e à força propulsora dos pensamentos. Um “bazar filosófico”, como pontuou Ernst Bloch, que nos relembra que é o acto de lembrar que dá sentido ao passado.

As Aventuras de Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll, conhecida viagem ao lugar do fantástico, povoado por criaturas peculiares e antropomórficas que operam dentro da lógica do absurdo. Entre alusões satíricas, paródias e referências a poemas e histórias populares, Carroll leva-nos pela mão ao buraco do coelho branco e, ao contrário dele, faz-nos sentir que estamos a chegar sempre a tempo e horas ao espaço imprevisível da imaginação.



E finalmente os poemas de Emily Dickinson, que enquanto poeta quase enclausurada que viveu através do imenso que escreveu numa língua enigmática, ambígua, paradoxal, não via mais num quotidiano terreno - a vida doméstica, o vestuário, a casa - do que no imaginado, portanto sem fronteiras. E afinal há mesmo fronteiras? Parece-nos que não.

Para assíduos deste jogo de encontro próximo com o que se poderia descrever como impossível, afiguram-se estas sugestões como preciosos pontos de partida, mas mais importante que acatá-las será o desafio de preencher os dias que ainda se prevêem quentes e longos com a satisfação do encontro com as maravilhas que um dia alguém ousou exteriorizar.

Sugestões culturais

O Trabalho das Imagens

Sérgio Dias Branco



“Marx e a sua obra não devem ser objecto de idolatria, mas de um trabalho sério e aberto. Precisamos de desenvolvimentos críticos e criativos no marxismo que partam da obra de Marx para promover a explicação e a transformação do mundo em que vivemos, escapando ao idealismo do pensamento pós-moderno entranhado em muita da crítica cultural contemporânea. O cinema tem contributos a dar e a receber...” Ed. Página a Página.

Patrick

Gonçalo Waddington



Patrick, 20 anos, vive em Paris com o namorado, num contexto de abusos e dependências físicos e emocionais. Na sequência de um desacato é preso, e a polícia dá-se conta de estar perante Mário, um rapaz português desaparecido há mais de uma década. Patrick regressa à pequena vila portuguesa e reencontra a família. A grande dificuldade será recriar laços e gerir as discrepâncias entre as suas duas vidas. Em exibição

Cinema ao Ar Livre

Casa da Achada



Dia 10 de agosto, às 21h30, será exibido o filme *Kantata de Algibeira*, de Margarida Rodrigues. O filme traz-nos um espectáculo construído ao longo de três meses pelos participantes, um grande coro formado por gente de todas as idades e formações, sem experiência de palco, grande parte dela moradora na parte velha de Lisboa, sob direcção de Margarida Guia. Com texto de Regina Guimarães, musicado por João Paulo Esteves da Silva.

O Protesto

Eduarda Lima



“Os animais pareciam ter feito um pacto... O PROTESTO é um grito silencioso. Dos minúsculos insectos aos animais de estimação lá de casa, da floresta virgem ao rio da nossa cidade, o silêncio ecoa por todo o lado. Conseguem ouvir? Esta é uma história e um apelo para nos unirmos hoje contra a poluição e o desperdício, e semearmos o que mais tarde outros poderão colher.” Ed. Orfeu Negro

CULTURA



Música clássica numa das edições anteriores da Festa do Avante.

Volta a soar música nos palcos nacionais

Por todo o país, são muitas as iniciativas culturais a decorrer este verão, numa panóplia de espetáculos que ajudam a romper o isolamento social e a debelar a crise no setor da Cultura.

Desde que acabou o confinamento, foram muitas as atividades culturais que regressaram às salas de espetáculo e às ruas e jardins, para devolver um pouco de normalidade aos dias que vivemos. A verdade é que o recuo do número de casos de internamentos e mortes permitiu aliviar as restrições e permitir a abertura de museus, restaurantes, ginásios, cinemas, teatros e outros espaços.

Com a chegada do calor e das férias, para muitos, é uma oportunidade de aliviar o isolamento. Para os artistas, é a urgência de recuperar rendimentos. Como noutras áreas da economia, a crise em que se encontra o setor é tão profunda que há profissionais da cultura a passar fome perante os parques apoios, quando existem, do governo.

Entre as muitas iniciativas culturais agendadas, Salvador Sobral vai estar no Teatro Maria Matos, em Lisboa, nos dias 10, 11, 17 e 18 e 24 e 25 de agosto. No mesmo espaço, Sérgio Godinho vai dar um espetáculo a 31 de agosto e a 1 de setembro. Luísa Sobral vai estar no Teatro da Trindade no dia 6 de outubro.

Mas Lisboa não é exceção. Entre 31 de julho e 22 de agosto, o Palácio de Cristal, no Porto, vai acolher um ciclo de concertos chamado Noites do Palácio. A programação durante quatro fins de semana inclui concertos de António Zambujo, HMB, Rui Veloso, The Black Mamba, Gisela João, Jorge Palma, Diogo Piçarra e Blind Zero. A lotação máxima do espaço será de 600 pessoas.

Festa do “Avante!” regressa em setembro

A histórica festa político-cultural dos comunistas portugueses regressa às Quintas da Atalaia e do Cabo, na Amora, Seixal, a 4, 5 e 6 de setembro. Sob o lema “Viver a Festa da fraternidade, da amizade e da camaradagem”,

a Festa do “Avante!” vai decorrer num recinto com 30 hectares, mais 10 mil metros quadrados do que nas edições anteriores. Este ano, “serão abertas áreas que nunca estiveram acessíveis aos visitantes”, explica o PCP. Estas medidas, entre outras, vão permitir que o evento político-cultural decorra dentro das recomendações da Direção-Geral da Saúde.

Destaque para três palcos de grande dimensão ao ar livre e cinema, teatro e feira do livro também fora de recintos fechados para garantir medidas sanitárias. A organização da Festa do “Avante!” vai assegurar ainda o aumento de pontos de higienização com álcool-gel.

Também as portas vão abrir mais cedo. “De forma a evitar aglomerados e o cruzamento de fluxos”, as portas da Quinta da Princesa e da Quinta do Vão abrem às 16h e às 15h, respetivamente. O arranque oficial vai manter-se às 19h. “A entrada da Medideira funcionará para cartões de serviço e serão criados novos canais de saída, mais alargados”.

Este ano, nas atuais circunstâncias, e dada a crise do setor da cultura, o PCP optou por oferecer um programa apenas com artistas de língua portuguesa. Nomes como Xutos & Pontapés, Dino D’Santiago, Blasted Mechanism, Peste & Sida, Capicua, Marta Ren, Mão Morta, Lena d’Água, Scúru Fitchádu, El Sur, entre outros, vão preencher três dias de muita animação.

A crise na cultura

Se num primeiro momento, os mais importantes empresários dos principais festivais de música exigiram medidas para fazer frente aos prejuízos que antecipavam ainda em maio, o governo nesse mesmo mês

anunciou que a devolução do valor dos bilhetes já comprados só seria efetuada a partir de janeiro de 2022. Até lá, em alternativa, é possível pedir a troca do bilhete por um vale “de igual valor ao preço pago”, válido até 31 de dezembro de 2021, e esse vale pode ser utilizado na “aquisição de bilhetes de ingresso para o mesmo espetáculo a realizar em nova data ou para outros eventos realizados pelo mesmo promotor”. “Caso o vale não seja utilizado até ao dia 31 de dezembro de 2021, o portador tem direito ao reembolso do valor do mesmo, a solicitar no prazo de 14 dias úteis”, podia ler-se no documento aprovado na Assembleia da República.

A defesa dos interesses dos grandes empresários da música não correspondeu, contudo, à satisfação das reivindicações dos profissionais da cultura. No início de março, começaram a ser adiados ou cancelados espetáculos na sequência das medidas de contingência definidas pelas autoridades para tentar travar a propagação da covid-19. Segundo um inquérito promovido pelo sindicato CENA-STE, e cujos resultados foram anunciados no início de abril, 98% dos trabalhadores de espetáculos viram trabalhos cancelados, dos quais um terço por mais de 30 dias.

Em termos financeiros, para as 1300 pessoas que responderam ao questionário, as perdas por trabalhos cancelados representam dois milhões de euros, apenas para o período de março a maio deste ano, de acordo com o CENA-STE (o que indica a perda de um valor médio de receita, por trabalhador, de cerca de 1.500 euros). O inquérito, realizado já na segunda quinzena de Março, no contexto de confinamento, em resposta à pandemia de covid-19, indicava ainda que 85% dos trabalhadores questionados são independentes e não têm qualquer protecção laboral.